

MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DE UMA CIDADE MIGRANTE

ILANIL COELHO¹

As transformações da cidade de Joinville (SC), sob impulso dos fluxos migratórios internos, são tomadas como objeto/problema desta reflexão. Além dos discursos provenientes de vários lugares e tempos, minha investigação abarcou a interpretação das narrativas de memória de migrantes que se deslocaram para a cidade desde a década de 1980. Neste artigo, procuro discutir o que denomino cidade migrante, noção esta construída historiograficamente no entrecruzamento de fontes quantitativas e escritas com fontes orais. Diferentes tempos e espaços, processos de identificação, desejos e projetos de cidade são algumas das dimensões que busquei interpretar, levando em conta os lugares bastante movediços que os narradores demarcaram à medida que, no decorrer das próprias entrevistas, âncoras simbólicas foram sendo fundeadas para o relato de suas experiências de deslocamento e de reterritorialização urbana.

A CIDADE MIGRANTE DOS CENSOS

Durante o período focalizado pela pesquisa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou três censos: de 1980, de 1991 e de 2000. A tabela a seguir permite ao leitor constatar, do ponto de vista quantitativo, a relação entre a migração e o crescimento demográfico da cidade.

Tabela 1 – População residente em Joinville

| Ano | Pessoas residentes naturais de Joinville | Pessoas residentes não naturais de Joinville | Total |
|------|--|--|----------------------|
| 1980 | 117.062 | 118.741 | 235.803 |
| 1991 | 180.543 | 166.607 | 347.153 |
| 2000 | 227.391 | 202.213 | 429.604 ² |

Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico:** dados gerais – migração – instrução – fecundidade – mortalidade. Rio de Janeiro, 1982; _____. **Censo demográfico:** migração – resultados da amostra. Rio de Janeiro, 1991; _____. **Censo demográfico 2000:** migração e deslocamento – resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2000

¹ Professora do curso de História e do mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille.

² Os dados referentes ao Censo de 2000 foram obtidos no Escritório Regional do IBGE em Florianópolis. O coordenador da Base Territorial UE/SC, o geógrafo Antonio Guarda, foi quem analisou, sistematizou e me disponibilizou os dados, ao qual registro aqui meus agradecimentos.

Essas informações apontam para o fato de como quantitativamente Joinville se constitui numa cidade migrante. Porém, é preciso esclarecer as razões que me levaram a inserir esse “enclave demográfico em terras historiográficas” (ROSENTAL, 2009, 176).

Em artigo publicado em português, em 2009, esse autor explica que, desde a metade do século XIX, quando então foi forjado o termo, “a demografia tem por propriedade compreender a população em suas dinâmicas internas”, reduzindo-a “a um jogo de variáveis, tais como a natalidade, as núpcias e a mortalidade” (Idem: 176). As migrações são aí tidas como variáveis exógenas, podendo ou não interferir nessas dinâmicas. Quando os desejos de generalizações históricas começam a ser colocados em xeque e, ao mesmo tempo, quando novas ferramentas estatísticas permitem problematizar “pequenas amostras” e processos, os historiadores passam a se distanciar da “construção cognitiva”, baseada no “objetivismo” demográfico. Sob alerta, tal “objetivismo” passou a ser entendido, a partir da década de 1980, como uma construção da realidade social. As categorias que o sustentavam são, desde então, cada vez mais discutidas e historicizadas, à luz de suas imbricações com o desejo de poder das instituições que as produziram. Em relação à migração, Rosental esclarece as mudanças operadas. Se para a demografia a definição de migrante consiste em levantar as fronteiras administrativas, a distância e a duração do deslocamento, a história política das populações empenhou-se na desnaturalização do fenômeno migratório, permitindo ampliar e complexificar os estudos.

A historiadora espanhola Mercedes Vilanova, por outro lado, reconhecida no campo historiográfico pelas pesquisas que realizou com a história oral, afirma que as estatísticas foram fontes imprescindíveis para o seu trabalho. A “porcentagem da porcentagem”, por ela denominada “estatística qualitativa fina”, teria lhe colocado “perguntas que só a fonte oral pode[ria] responder” (VILANOVA, 1994: 52). Acredita que, pelo fato de a fonte oral constituir uma fonte viva, sua face inacabada corrobora o caráter inacabado da própria história. Além disso, pela primeira vez, foi possível ao historiador “diferenciar o coletivo do pessoal” (Idem: 48).

Ainda que as semelhantes conclusões entre esses dois historiadores que tomam distintos objetos de investigação, reforçam a pertinência da história oral nos estudos sobre o urbano e sobre os deslocamentos migratórios, outros desafios se

colocam. Eles dizem respeito ao trato metodológico com as entrevistas e como nelas se pode discutir as relações entre memória e história, passado e presente, subjetividades e valor do testemunho.

Para Beatriz Sarlo, a condição dialógica entre historiador e fontes impõe ao primeiro o exercício da imaginação que, “abandonando o próprio território”, o leve a procurar interpretações desconhecidas, as quais fazem emergir um sentido diante de “experiências desordenadas, contraditórias e, em especial, resistentes a se render à idéia simples demais que elas são conhecidas porque foram suportadas” (SARLO, 2007: 41). O desafio seria, pois, construir uma inteligibilidade (tecer uma intriga histórica) sobre o passado que chega pelo presente, observando que “o tempo *próprio* da lembrança é o presente: isto é, o único tempo *apropriado* para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o *próprio*” (Idem: 10). Isto implica em adentrar nos meandros do individual para apreender, problematizando, não o indivíduo em sua generalidade, mas o específico como traço significativo de sua generalidade.

As narrativas de migrantes que atualmente moram em Joinville, por mais que reivindicuem o direito à memória e o direito à cidade, não são aqui tomadas como um contraponto moral à memória organizada pelos discursos públicos e historiográficos que as deixaram de lado. Ao contrário, procuro responder ao desafio lançado por Sarlo, qual seja o de tecer uma “intriga histórica” que lide com as narrativas num movimento em forma de eclipse, confrontando “a idéia ingênua de que todo [grifo meu] o narrável é importante” (como detalhe verossímil) e que governa o específico da história.

É desta perspectiva que problematizo, sob impulso da migração, as transformações urbanas de Joinville e os jogos de identidades e de memórias que atravessam as narrativas de migrantes sobre como vivenciaram as diferenças numa nova cidade, praticaram espaços urbanos, produziram territórios e, por fim, como os seus deslocamentos incidiram sobre a configuração do presente urbano que narram e acionam a memória de suas experiências passadas.

TECENDO A INTRIGA HISTÓRICA

Quais sentidos e categorias podem ser apreendidos pela interpretação histórica, presentes nas narrativas sobre as memórias de travessias, que a um só tempo

subsidiar os narradores a compor suas próprias memórias de migração e a significar a história da migração e de outros migrantes na cidade? Obviamente não se trata de conceber tais sentidos e categorias como criações apriorísticas ou restritas à entrevista. Início essa discussão com a narrativa do Sr. Mauro de Souza Leite Pinho³, carioca, 56 anos, médico. Procurei-o explicitando o meu interesse em entrevistá-lo: ele é migrante que chegou a Joinville em 1994. Por outro lado, o motivo do encontro foi flexibilizado, ou melhor, ressignificado à medida que a entrevista transcorreu e que provocou suas memórias sobre as razões e as condições de seu deslocamento. Disse ele:

A palavra migrante, para mim, vem com essa carga de quem vai ganhar a vida na cidade, e eu não vim para ganhar a vida em Joinville. Eu não vim para cá para ganhar dinheiro [...] e isso para mim descaracteriza o conceito de migrante. [...] Mas é claro que eu sou... eu... eu sou um migrante em busca de qualidade de vida.

O “ganhar a vida na cidade” explicita uma representação pública de migrante da qual, inicialmente, o Sr. Mauro deseja distinguir-se e com a qual não quer ser confundido. Ele não é o migrante sem profissão, de baixa escolaridade, interiorano e sem ocupação garantida no mercado formal de trabalho. Ele teria vindo em busca de qualidade de vida para a família, e essa é a singularidade que, segundo pensa, o descaracteriza, mas ao mesmo tempo justifica a sua reivindicação para uma nova conceituação de migrante joinvilense. Do seu lugar social, lança outros argumentos para elucidar a questão.

Filho de um médico da Aeronáutica, “muito mais médico do que militar”, teve uma infância e juventude “típica da classe média carioca”. Formou-se em Medicina em 1977 e concluiu mestrado em 1984. Nunca havia imaginado sair do Rio de Janeiro até partir para a Inglaterra (Birmingham) para doutorar-se. Anos depois, retornou. Trabalhou em hospitais renomados e tornou-se professor universitário. Porém, com o tempo, percebeu que quanto mais se aprimorava profissionalmente pior ficava sua qualidade de vida. Em certa ocasião, reencontrou um colega de turma que havia se transferido para Joinville. Veio visitá-lo, gostou da cidade e, ao reafirmar “eu não sou um migrante no sentido de... eu não sou um migrante que veio começar a carreira aqui. Eu estava bem no Rio”, teria passado a alimentar o dilema entre ficar e partir. Havia um

³ PINHO, Mauro de Souza. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 8 dez. 2009.

medo. Ao descrevê-lo, o Sr. Mauro procura relacionar as subjetividades urbanas instadas pelo desejo de migrar. Disse ele:

O grande medo de quem está numa cidade grande é o de se enterrar! Quando a gente está numa cidade grande a gente tem a impressão de que está dividindo aquela vibração toda. Todos estão ali por conta disso. Porque acham que têm parte naquilo ali e acham que quem está fora quer ir para lá.

Porém teria descoberto que “quem está fora, a última coisa que quer, é ir para lá [cidade grande]. Você começa a ficar um pouco abalado em suas convicções”. Além disso, em tempos de internet e barateamento de passagens aéreas, continua, “o peso da migração é quase um luxo. É...‘eu vou morar em um lugar mais tranquilo e acabou!’”.

Ao buscar comparar genericamente as subjetividades presentes nas grandes e médias cidades, o Sr. Mauro procura valorizar os sentimentos e sentidos existenciais imbricados na sua escolha, os quais colocam em xeque quaisquer tentativas em qualificá-lo como um migrante comum. Tal operação de sentidos lhe possibilita atribuir àqueles que continuam na “cidade grande” certa ignorância sobre a importância que pensam ter para a vibração da metrópole, bem como uma pretensão enganosa sobre o que representam para os outros que não vivem nela e dela. Por outro lado, a facilidade de deslocar-se, seja pela internet, seja de avião, favorece-lhe estabelecer e reafirmar as desigualdades que estão em jogo quando se pretende explicar a história da migração e dos migrantes joinvilenses. Seus medos e dilemas situam-se em outra dimensão que não a econômica, a qual pensa determinar essencialmente a migração. A resolução desses medos e dilemas acabou por transformar as suas angústias nos seus mais prazerosos alentos: morar “num lugar onde gostaria de passar férias”.

A percepção que tem da cidade contemporânea serve-lhe não apenas para sustentar suas memórias de travessia, mas também para deixar-se conhecer no presente urbano no momento em que narra. O seu trabalho da palavra sinaliza o esforço para edificar sentido às ambiguidades que, emergindo pelo trabalho da memória, se colocam como novos dilemas. O vai e vem de temporalidades e espaços suscitam nele uma necessidade: situar-se num lugar mais ou menos estável que lhe garanta falar de “raízes” no processo de desterritorialização e reterritorialização. Afirmando que de casa, com o seu *notebook*, conversa com quem quiser no planeta, diz: “Eu tenho *sites* e etc. Isso faz

com que eu possa brincar e dizer que eu moro num bairro afastado do Rio”. Para o migrante, essa “é a solução de continuidade de suas raízes. É o tempo todo!”.

O Sr. Mauro foi um dos poucos migrantes que entrevistei que, no processo de construção da narrativa, produziu argumentos para justificar que nem a migração nem os seus 15 anos de história na cidade o fazem sentir-se joinvilense:

Eu não sou joinvilense, eu sou um carioca, e dá para entender isso melhor agora; essa coisa do que as pessoas são. Eu estou aqui agora. Eu estou joinvilense... nem isso eu diria. Eu sou carioca, a minha história está lá. Eu tenho quarenta anos de história no Rio e quinze anos de história em Joinville. Não sei se vou ficar sempre aqui. [...] Eu não me obrigo a... Não existe muito o conceito de migrante nesse aspecto mais... Você não troca... você não perde a sua origem! Eu não vou torcer pelo JEC [Joinville Esporte Clube]! Eu não estou interessado muito na política de Santa Catarina. A gente não adquire, a gente não muda, a gente não deixa de ser o que é.

Considero essa passagem extremamente importante para analisar uma contradição estabelecida em relação às suas práticas e vivências entrelaçadas nas suas memórias de travessia. Utiliza a negação para afirmar uma espécie de não pertencimento à cidade que, mesmo lhe proporcionando “qualidade de vida”, não o seduz completamente, ou melhor, não quer por ela ser seduzido, visto que, segundo diz, “não quero que um passado feliz represente uma âncora que me impeça de fazer coisas novas”.

Não seria, pois, o caso de interpretar tal recusa como restrito apego afetivo à cidade de origem, tampouco como alusões estritamente desqualificadoras sobre certos provincianismos cotidianos que identifica. O que penso estar aí imbricado são as reflexões sobre as escalas de tempo e de espaço que instam os significados de suas experiências do passado e do presente e o pressionam no próprio processo de produção da sua narrativa de memória. No presente vivenciado também estaria em jogo um futuro tão deslizante quanto aquele que experimenta, mas que precisa de uma estabilidade mínima para ação (incluindo a de migrar), ainda que tal estabilidade se manifeste numa negação categórica da ancoragem em tempos passados e em lugares geograficamente definidos. Fortalecer seu desprendimento e nomadismo poderia ser encarado como o lugar que constituiu, na própria narrativa, para governar suas relações com os outros, próximos e distantes, e ordenar as diferenças e as desigualdades que apenas ganham sentido quando sua subjetividade em relação ao urbano está submetida à avaliação de outrem.

Néstor García Canclini destaca que a “globalização apresenta-se como um conjunto de processos de homogeneização e, ao mesmo tempo, de fragmentação articulada do mundo que reordenam as diferenças e as desigualdades sem suprimi-las” (CANCLINI, 2003: 44). Não é possível, por isso, na complexidade da contemporaneidade, tratar isoladamente tais diferenças e desigualdades, bem como as assimetrias instituídas quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista social.

Seguindo as pistas de Canclini, não me cabe, na interpretação da narrativa do Sr. Mauro, contradizer, inverter ou flexibilizar o conceito de migrante, no qual se apreende o eixo explicativo de suas memórias de travessia. É preciso buscar uma compreensão que permita ver do seu lugar o dos outros migrantes (e vice-versa), ou, como sugere Canclini, buscar nas interseções das narrativas o modo como os sujeitos representam seus lugares e suas possibilidades de ação diante daquilo que eles sentem não controlar.

Os processos migratórios dos anos 1980 e 1990 para Joinville trazem consigo fissuras que desafiam as conceituações e os esquemas teóricos que serviram, não raras vezes, para explicar a migração e as transformações culturais urbanas. A narrativa do Sr. Mauro é um desafio para entender a migração recente e a própria cidade contemporânea. Estão em xeque aí as representações que ligam de forma restrita a migração e o urbano joinvilense com a indústria, o rural, a busca de trabalho e o desenraizamento, ainda que não seja possível esvaziar totalmente esses sentidos de suas memórias de travessia.

Embora tenha se estabelecido na cidade mediante sua rede de relacionamento profissional e tenha afirmado que foi o “responsável por duas famílias a mais aqui em Joinville”, as sociabilidades do Sr. Mauro restringem-se “cem por cento ao Hospital São José e ao curso de Medicina”, no qual é professor – portanto, ao trabalho. Para ele, “Joinville é uma cidade do interior clássica”, isto é, “um local por onde passa, de repente, uma peça de teatro de um atorzinho da Globo que resolveu ganhar algum dinheiro fazendo isso. É onde não passa filme decente”. É onde se escuta nas banquinhas de jornal nos domingos de manhã músicas alemãs que não têm nada a ver “com a minha história”. Por outro lado, é uma cidade onde “não existe o abismo social que lá [no Rio de Janeiro] tem. O meu maior prazer é sentar no McDonalds e a

auxiliar de enfermagem que me ajuda na cirurgia está ao lado com o filho. Isso inexistente no Rio. O abismo social inexistente”.

Em que pese o fato de a narrativa do Sr. Mauro sugerir condições socioculturais e sociabilidades bastante singulares em relação a outros migrantes e à própria cidade, o específico que serve à intriga histórica é que ela, a narrativa do Sr. Mauro, submetida à interpretação, não constitui uma ilustração da diferença. Pelo contrário, a diferença encontra aí sinais constitutivos e significativos, possibilitando-me relacioná-los e pô-los em causa para análise de outros enredos que, no conjunto, estão submetidos à problematização na minha escrita histórica.

A Sra. Ana Rosa Sennes⁴ percorreu uma distância bem menor que a do Sr. Mauro. Diferentes também foram o período de migração e as características da cidade de origem. Proveniente de São Bento do Sul (norte de Santa Catarina), firmou moradia definitiva em Joinville no início da década de 1980. Já havia tentado a sorte na década de 1970. Entretanto sua sorte dependia da do marido joinvilense e da família dele. Nessa primeira tentativa não teve êxito. Precisou morar “de favor” num terreno no Bom Retiro⁵, enfrentou desavenças familiares e um calor excessivo. O marido, “que já era meio ruim”, decidiu retornar a São Bento do Sul. Não havia escolha, pois, lembra ela, “meu pai e a mãe [...] sempre diziam: você fez juramento no altar, você tem que cumprir até a hora de morrer”. Dez anos depois, novamente não teve escolha. O marido perdeu o emprego que tinha numa empresa de móveis de São Bento do Sul e decidiu retornar a Joinville. A Sra. Ana Rosa teve de migrar, e o jeito era “agüentar porque não tinha volta”.

A Sra. Ana Rosa cursou até a 3.^a série do primário e em 1980 era mãe de quatro filhos, dona de casa e esposa de um homem violento que, cotidianamente, marcava com agressões físicas o convívio familiar. Após uma estada na casa da sua sogra, no bairro Costa e Silva⁶, a família mudou para o bairro Jardim Paraíso. Ela decidiu trabalhar como faxineira após o nascimento de sua quinta filha. Só saiu do

⁴ SENNES, Ana Rosa. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernanda Ozório da Conceição, Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho.** Joinville, 17 dez. 2009.

⁵ Bairro na zona norte/nordeste de Joinville, região onde se situava a Estrada Dona Francisca, principal caminho de acesso ao planalto norte até meados do século XX. (CORREA, 1992: 36 e 124).

⁶ O bairro situa-se na zona norte/noroeste da cidade. Dista cerca de 4 km do centro e é muito conhecido por abrigar várias indústrias do setor metal-mecânico, o que o caracteriza como espaço de circulação de trabalhadores que moram em outras regiões da cidade, incluindo a zona rural.

emprego pelo constrangimento de exibir, em certa ocasião, os hematomas formados no ambiente doméstico.

A narrativa da Sra. Ana Rosa sobre o seu passado é bastante escorregadia. Pessoas, acontecimentos e lugares surgem e desaparecem como *flashes*. Dizeres fragmentados e informações desconexas exigiram audições repetidas da entrevista e atenção redobrada às lacunas de silêncio intervalares aos seus dizeres. Embora isso possa suscitar avaliações vitimadas de sua história, não é assim que, no decorrer da entrevista, ela procura significar sua trajetória. Penso que o conforto emocional que confessou⁷ gozar no presente condenou ao esquecimento essas experiências traumáticas de travessia, como também dos primeiros tempos na cidade. O seu trabalho de memória é marcado pelo estabelecimento de ambivalências para lidar com as agruras da lembrança. Assim, por exemplo, o fato do suicídio do marido em 1990 é narrado como uma perda compensada pelo ganho de solidariedade da vizinhança e com a “ajuda de todo lado”.

Quando chegou ao bairro tinha poucos vizinhos. Depois foi aparecendo “gente de tudo quanto é lugar”. Não apenas de cidades vizinhas, mas do Paraná, São Paulo e Bahia. Faltava tudo: posto de saúde, linhas de ônibus, escola, asfalto e comércio. Mas hoje, lembra ela, “é muito bom”.

As negociações entre “sim e não” exprimem os acordos que vão sendo produzidos pela narradora para esvaecer possíveis interpretações rígidas de suas declarações sobre o que sente, pensa, foi e é. Em outra passagem exemplar, diz que, dos locais em que trabalhou até aposentar-se, nunca percebeu diferença de tratamento pelo fato de ser migrante sem muitas condições. Ao contrário, “tinham um respeito pela gente”. Contudo algumas vezes, “como eu morava aqui no Paraíso e eles moravam na cidade... eu chegava lá com o pé lameado de barro e eles riam de mim”.

Atualmente, sente-se realizada quando é chamada para se ocupar de rituais fúnebres. É ministra da Comunhão e da Consolação e Esperança na Igreja Nossa Senhora dos Migrantes. Diz ela: “Eu faço os enterros. [...] Era uma coisa que eu sempre queria fazer... ser ministra de fazer enterro e velório... Parece que era o meu dom... porque para tudo você tem que ter... e para isso precisa ter dom para fazer”.

⁷ Após a viuvez casou-se com Osvaldo Koentopp. Segundo suas palavras, ele “é o pai que os meus filhos não tiveram. [...] Então o marido que eu não tive eu tenho agora”. (SENNES, 2009).

O realce ao “dom” parece-me sinalizar um sentido organizador de fundo da sua narrativa pelo qual se pode estabelecer, mais ou menos, o encadeamento dos fatos e das experiências por ela relatados. Se o dom é uma qualidade inata que depende da vida para desenvolver-se, a morte, ou melhor, os rituais que ocorrem para dar-lhe concretude constituem a dimensão de onde a Sra. Ana Rosa dá sentido à sua própria vida. Nesse limiar, estão imbricadas as questões sempre encaradas pela entrevistada como inevitáveis para serem taticamente resolvidas.

Pois bem, em que medida as narrativas do Sr. Mauro e da Sra. Ana Rosa se aproximam ou se distanciam quando o assunto é migração e cidade contemporânea?

O passado narrado pela Sra. Ana Rosa traz também fissuras para a intriga histórica. A entrevistada não escolheu migrar. Não veio em busca de emprego. A ideia de qualidade de vida nem sequer foi lembrada. Pela sua narrativa, migrou para responder a uma demanda de sua rede familiar e, principalmente, submetida à violência doméstica, para continuar desempenhando o inevitável papel de mãe, dona de casa e esposa, prescrito em 1970. O presente de cidade narrado pela entrevistada não alude aos trânsitos físicos e virtuais. A cidade é o seu bairro. Raramente vai ao centro, mas, como o Sr. Mauro, tem seus reclamos e suas admirações.

No Jardim Paraíso, haveria graves problemas de “jovens que estão nas drogas”, de adultos alcoólatras e de brigas que, às vezes, acabavam “em matanças”. Ainda que “hoje melhorou”, considera ser preciso combater o abandono afetivo que atinge a maior parte dos moradores. Talvez a solução pudesse ser um trabalho da Associação dos Moradores e da Igreja, apesar de que “porta de Igreja não salva ninguém”. Outros lazeres que não os bailes que ocorriam num “salãozinho”, agora fechado por falta de alvará, poderiam ser promovidos.

O “abismo social” em Joinville, ainda que inexista na visagem do Sr. Mauro, é problema que a Sra. Ana Rosa considera como um dos mais graves no bairro. Há muitas pessoas carentes e sem trabalho que são acorridas pela Cozinha Comunitária⁸, com a qual ela colabora voluntariamente por estar em melhores condições. Assim, sugestivamente, a sua percepção é que, entre o fogão que prepara as refeições e a mesa onde são consumidas, há um abismo social percorrido diariamente,

⁸ Projeto social criado em 1994 e mantido pela Fundação Pauli-Madi; uma ONG liderado pelo Pe. Luiz Facchini interessada no combate a fome em Joinville.

graças aos degraus construídos pelos voluntários do projeto comunitário. Há aí escalas diferenciadas de percepção entre os dois narradores. Constatações e estranhamentos contraditórios. Todavia eles dizem respeito a um mesmo objeto, a cidade do presente. É aí que o olhar metropolitano do narrador, migrante que conhece e ao mesmo tempo desconhece as mazelas das desigualdades contemporâneas, se cruza com o olhar da narradora, migrante interiorana que desconhece e ao mesmo tempo conhece as mesmas desigualdades. Da assimetria dos e entre seus lugares, abrem-se as possibilidades para a análise das práticas e representações sobre o passado recente da migração que reclamam e recusam pertencimentos sobre a cidade, bem como sobre os mapeamentos que redefinem simbolicamente o que são desigualdades sociais ou mesmo centro-periferia e meio-margem.

A Sra. Ana Rosa diz: “Eu não troco o Paraíso; falam muito do Paraíso, mas os outros bairros estão a mesma coisa que nem aqui. [...] No centro há muita poluição. Aqueles prédios um do lado do outro. Eu fico aqui mesmo”. Parece-me que ela tem a impressão de morar não num bairro afastado de quaisquer cidades (grande ou média), mas no centro da própria cidade que significa.

Ao contrário do Sr. Mauro, o futuro para a Sra. Ana Rosa dispensa o nomadismo. Provavelmente seus conhecimentos e acessos à informática não ultrapassam o posto bancário mais próximo a sua casa, haja vista os olhares curiosos que lançou sobre os equipamentos utilizados para fazer a entrevista. Deslocar-se virtualmente talvez seja inimaginável para ela. O presente e o futuro parecem-lhe estar ancorados no Jardim Paraíso. A única possibilidade de quebra da inevitabilidade desse futuro é o retorno à origem, ao melhor de seu passado, anterior ao momento em que o pai e a mãe lhe mandaram “aguentar” e “seguir, pois não tinha volta”. Caso tivesse oportunidade de migrar novamente, disse haver apenas um destino: “Se for para mim embora daqui é ir para São Bento do Sul”.

Ao fazer um balanço das últimas décadas do século XX sobre a contribuição da história oral para os estudos migratórios, o historiador Alistair Thomson (2002) indica que pelas narrativas foi possível descortinar papéis diferenciados em termos de gênero, sutilezas da vida familiar, redes de conexões específicas, como também maneiras diferentes de significar as motivações e as mudanças operadas nos locais de destino. A abordagem baseada no protagonismo dos homens e das condições

econômicas como aspectos propulsores dos deslocamentos e das reterritorializações cedeu espaço à medida que histórias de mulheres migrantes sinalizaram questões antes silenciosas e silenciadas neste debate.

A abertura reflexiva mencionada por Thomson emergiu na análise da narrativa da Sra. Ana Rosa. Os significados que ela construiu desviaram-se daquilo que aparentemente correspondia aos padrões gerais explicativos de sua trajetória como migrante. Ainda que o fato de ter de acompanhar a decisão do marido tenha motivado seu deslocamento, as relações familiares e as suas redes de convivência no meio urbano foram os aspectos mais relevantes para atribuir sentido ao seu passado.

As memórias de travessia da Sra. Maria Raquel Migliorini de Mattos⁹ demonstram o papel desempenhado por essas redes na decisão de migrar para Joinville. Natural de Campinas (SP), 42 anos, professora, em 1992 veio visitar o casal Ana Paula e Renato, amigos campineiros que moravam havia um ano em Joinville. Durante sua estada, acompanhou Renato a uma escola do centro para entregar o currículo dele. Qual não foi a sua surpresa quando o coordenador pedagógico lhe indagou se também não estava interessada em dar aula. O “casamento não estava indo bem” e havia o desejo de sair de Campinas. Por isso, diz ela, “ter vindo para cá foi uma forma de se separar e ficar bem financeiramente”. Os amigos lhe deram o apoio que podiam. Com o filho, recomeçou a vida. Conheceu muitos outros migrantes.

Os joinvilenses, diz ela, “eram muito fechados”. Amizade entre uma família de migrante com uma joinvilense, “só se arrumasse um namorado, uma namorada ou alguma coisa assim”, pois tinha a nítida impressão de que os joinvilenses impunham cotidianamente uma distância: “Eu acho que era bem claro que era assim, ‘você não faz parte da nossa cultura; você não come o que a gente come, não sabe nem o que é um *chineque* [pão doce muito apreciado na cidade]. Quer participar do nosso grupo de que jeito?’”.

Além disso, havia a indagação recorrente sobre o seu sobrenome e origem étnica. O comércio fechava na hora do almoço e aos domingos, “se você deitasse no meio da rua de manhã, à tarde você ainda não tinha sido atropelada”. Lembra que fechava os olhos e “imaginava um rolo de feno passando... tamanho era o deserto”. Em

⁹ MATTOS, Maria Raquel Migliorini de. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 26 ago. 2009.

pouco tempo, “adaptou-se aos horários e clima” da cidade. Alguns deslizes comportamentais foram inevitáveis até que pudesse decodificar algumas práticas cotidianas. Diz Maria Raquel: “alguns “foras” do tipo falar demais, conversar demais, ir à casa das pessoas e ficar um pouco além do horário... porque até entender que eles tinham essa rigidez... ‘eu te convidei para tomar café, você toma café e vai embora””.

A narrativa da Sra. Maria Raquel é pontuada por detalhes que procuram significar seus estranhamentos para, então, desenvolver seus argumentos sobre as transformações da cidade. Casou-se novamente com um migrante paulista e juntos decidiram retornar a São Paulo em 1997, pela vontade de rever os parentes e pela possibilidade de transferência do emprego do marido. Lá, encontrou dificuldades para trabalhar e, mesmo estando perto da família, já “não era a mesma coisa”.

Retornou a Joinville em 2003. Tudo lhe pareceu muito estranho. Joinville “não era mais pacata como antes”. Em sua avaliação, a cidade tinha crescido demais e “se descaracterizado”. A especulação imobiliária havia encarecido os imóveis, o comércio estava mudado, o “trânsito horrível”, e constatava uma “queda na qualidade de vida”. Deparou com a “devastação do verde no centro da cidade” e com a degradação da Baía da Babitonga. Nas suas caminhadas matinais, que se iniciavam no bairro Saguçu¹⁰, já não encontrava mais “duas ou três velhinhas conversando tudo em alemão”, nem mesmo “casinhas bem cuidadinhas” e “lixerinhas bonitinhas”. No seu ponto de vista, “boa parte do estrago foi feita pela [expressiva] quantidade de paulistas e cariocas que vieram para cá”.

Nesse ponto da narrativa, o olhar metropolitano da Sra. Maria Raquel é bastante distinto daquele lançado pelo Sr. Mauro, o qual caracterizou Joinville como “uma cidade do interior clássica”. Obviamente que tal distinção está ligada às diferenças de lugares sociais e subjetividades. Porém penso que ter retornado a São Paulo e (re)migrado em 2003 permitiu à entrevistada construir outros juízos sobre o que denominou “descaracterização de Joinville”. A cidade descaracterizada estaria a caminho de se tornar uma “selva” como São Paulo, “sem cultura... sem identidade”, marcada por “uma mistura”. Não que, continua ela, “a mistura em si” seja ruim, mas “se tivesse mantido as características da cidade para atrair turismo ou mesmo em

¹⁰ Criado em 1977 pela Lei Municipal 1.526, o Saguçu é um bairro de classe média situado na zona leste da cidade, a menos de 2 km do centro. Possui uma população de aproximadamente doze mil habitantes.

respeito à fundação... em respeito à colonização... isso aí foi perdido... depois que misturou tudo não tem o que achar”.

Identidade e cultura seriam, portanto, perdas urbanas inestimáveis. Atribuindo um caráter essencialista e fixo aos termos, a entrevistada reivindica o respeito que os migrantes das grandes metrópoles devem ter ao que “a cidade tem de único, de original”.

Segundo pensa, os paulistas e cariocas quando chegaram começaram a impor as características deles. Joinville foi e é encarada como o “eldorado brasileiro”, já que, “se você tiver vontade de trabalhar, tiver capacitação, é formado em alguma coisa, aqui é o lugar. O que você chegar disposto a fazer você consegue”. Explica que, nos primeiros tempos,

o joinvilense supervalorizava quem vinha de São Paulo. Era como dizer que no século XVIII que uma pessoa foi estudar em Paris, era dizer, na década de 1990, que alguém foi estudar em São Paulo. Eles achavam que quem vinha de São Paulo sabia mais, era melhor em algumas coisas. Eu achava até esquisito isso. Então eu dizia, por exemplo, que havia feito faculdade em Campinas: Ah! Está empregada!

Há um interessante jogo de sentidos presente em sua narrativa. Em primeiro lugar, a Sra. Maria Raquel corrobora a ideia encontrada em parte da historiografia de que a migração teria descaracterizado a cidade. No entanto tal descaracterização não teria sido motivada pela submissão econômica massificada dos migrantes, por força do quase incontrolável empreendedorismo, próprio da “personalidade coletiva” dos joinvilenses, herdada dos “pioneiros civilizadores da região”. Ao contrário, sugere que, em lugar da submissão aos desígnios históricos locais, foram os migrantes – em sua marcha de conquista do “eldorado brasileiro” – que subordinaram os joinvilenses, graças à ingênua representação de inferioridade que estes últimos tinham em relação ao outro que chegava à cidade. Nesse processo, paulistas e cariocas desrespeitaram as especificidades locais, imprimindo suas próprias marcas culturais, qual seja, a “mistureba” de culturas.

Em segundo lugar, a sua narrativa permite refletir sobre como as diferenças nas diferenças podem ser concebidas e reconhecidas num jogo de representações hierarquizadas. Referindo-se aos migrantes paranaenses, explica que “o paranaense e o joinvilense acabaram virando a mesma coisa, porque é muito tempo de migração”. Tal

fusão foi possível porque, ao contrário dos migrantes que vieram das metrópoles, os paranaenses foram assimilados. Conforme suas palavras:

Eu não vejo mais diferença. Eu já tinha dificuldade de ver isso na década de 1990. Eu acho que o paranaense se incorporou de tal forma aqui que Joinville também é deles. Eu não vejo o paranaense tão diferente do povo de Joinville. Eu acho que eles vieram para cá... eles são como os tijolos da parede: eles estão ali, ninguém nota e estão incorporados àquele estilo de vida.

Penso aí residir a pregnância de sua narrativa. Ao atribuir a qualidade de “tijolos da parede” aos paranaenses, exprime, a seu modo, como vê as relações que invisibilizam tanto os migrantes como os locais. A ideia de “incorporação” aproxima-se com a de assimilação. Ou seja, trata-se de um processo pelo qual um grupo é absorvido por outro, maior ou mais poderoso. De certa forma, há também um critério valorativo que determina o poder de assimilação. Quanto maiores e mais “misturadas” as “culturas” das cidades de onde proveem, maior poder terão os migrantes ou os locais para submeter ou incorporar os outros. O resultado do jogo entre caracterização e descaracterização urbana depende, então, do poder de assimilação dos sujeitos que estão em campo. Penso residirem aí os sentidos que a um só tempo significam no conjunto as memórias de travessia e de vivências urbanas da Sra. Maria Raquel e as suas reivindicações para reparar os “estragos” feitos pelos menos ingênuos e mais dominadores, cujas presenças fizeram com que Joinville “perdesse” sua “identidade” e “cultura”. “Valorizar o lugar”, “cuidar da cidade” e respeitá-la é “sentir-se parte dela” nos mínimos detalhes. Eis o direito de memória e de identidade que, segundo a entrevistada, deve direcionar os migrantes e os pertencimentos urbanos.

Parece-me que o trabalho da memória e da palavra na narrativa da Sra. Maria Raquel transformou a rememoração dos seus passados na metrópole como não desejos de futuro. Disse que “mesmo tendo que cavar o meu lugarzinho ao sol [...] a cidade me deu condições de me desenvolver economicamente, emocionalmente. Aqui eu casei de novo e já faz quatorze anos. Encontrei o meu amor e criei os meus filhos”. Por outro lado, ao se situar no presente de Joinville evocou a necessidade de os seus semelhantes migrantes se situarem da mesma forma. Deixar-se assimilar pelas peculiaridades joinvilenses é uma maneira pela qual a entrevistada negou e ao mesmo tempo reafirmou os lugares desiguais instituídos pela migração recente. Seu olhar

“realista-romântico”¹¹ projeta uma espécie de Cozinha Comunitária do Jardim Paraíso. Não se trata de inserir-se numa rede de sociabilidade para preparar e servir refeições aos mais necessitados, mas metaforicamente deixar que as refeições (preparadas com ingredientes e de forma original) sejam servidas à mesa para degustação e deleite de todos (mais e menos inocentes) e, sobretudo, para nutrir o seu desejo de futuro de cidade.

As redes de sociabilidade que moveram os fluxos migratórios recentes, assim como outras criadas ou apropriadas pelos migrantes no contexto urbano, sugerem práticas enredadas no passado e no presente. As narrativas trazem-nas, acionando-as para dar significado ao próprio ato de migrar e, principalmente, para exprimir os pertencimentos à cidade.

A investigação da cidade migrante por meio das narrativas de memória aponta, em primeiro lugar, para o emaranhado de práticas e representações que atravessam e movem Joinville a partir da década de 1980. Em segundo lugar, tal investigação não tratou das singularidades ou dos específicos históricos (conforme expressão de Sarlo), incluindo e dispondo diferentes narradores e narrativas para uma explicação panorâmica sobre a migração e a cidade. Pelo contrário. Ao lidar num movimento de elipse com as narrativas busquei adentrar pelos meandros do narrado para flagrar o que de singular e de específico foi dado à problematização para compor a intriga histórica. Assim, penso ter me deparado com uma teia complexa e dinâmica de relações e identificações culturais que permeiam diferentes tempos e espaços da cidade migrante.

Os migrantes, cada um e cada qual, exprimiram os seus sentimentos de pertencimento em relação à cidade, deslocando pelo trabalho da palavra minhas próprias questões de pesquisa que, inicialmente, punham em causa um determinado passado que chegava ao presente. Nos ditos e não-ditos pulsou a cidade como lugar onde a vida acontece, território(s) apropriado(s) carregado(s) por invenções, inversões, hibridismos e identificações.

Alguns expuseram com maior veemência suas conquistas e desejos de cidade; outros mais marcantemente reivindicaram direitos à memória e à identidade.

¹¹ Conforme SARLO (2007), o modo realista-romântico é aquele “em que o sujeito que narra atribui sentidos a todo detalhe pelo próprio fato de que ele o inclui em seu relato; e, em contrapartida, não se crê obrigado a atribuir sentidos nem explicar as ausências” ou as invisibilidades.

Contudo aí foram vislumbradas múltiplas redes de sociabilidades – articuladas às transformações da silhueta do espaço urbano –, bem como novas desigualdades e distintividades produzidas e significadas pelos próprios entrevistados, o que me permitiu analisar como os outros são concebidos pelos eus narradores.

Mais do que descentrar ou fissurar explicações generalizantes, foi-me possível pelas e nas narrativas confrontar reflexivamente discursos que por vezes vitimaram, etnicizaram ou mesmo sequestraram, em nome da irmanação, o passado e o presente joinvilense sob impulso dos fluxos contemporâneos, em especial o migratório. Mas não apenas isso. Da minha análise espero contribuir minimamente para reforçar e tensionar o debate sobre as múltiplas vivências da diferença que atravessam o contemporâneo.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003

CORREA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Orgs.). **História dos bairros em Joinville**. Joinville: Fundação Cultural, 1992

ROSENTAL, Paul-André. Por uma história política das populações. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 176-200, jan./jul. 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1994.